

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.596 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2002

Senadores fazem apelo em favor de reformas

Maguito Vilela defendeu esforço urgente para votar a reforma tributária. Lindberg Cury afirmou que o pacto social proposto por Lula deve incluir mudanças nas áreas tributária, previdenciária e política.

PÁGINA 7

Para Francelino, bolsa-escola distribui renda

Fórmula usada pelo atual governo com o Bolsa-Escola é defendida pelo senador Francelino Pereira como modelo ideal para programas de distribuição de renda e apoio à população carente.

PÁGINA 4

Senado começa a votar 18 MPs a partir de terça-feira

Medidas provisórias recebidas ontem passam a ter prioridade sobre todas as outras matérias em tramitação na Casa. Tebet garante que senadores farão esforço para liberar a pauta do Plenário



João de Araújo

O Senado começa a votar na terça-feira 18 medidas provisórias recebidas ontem. As MPs, aprovadas nesta semana pela Câmara dos Deputados, passam a ter prioridade de votação sobre todas as outras matérias em tramitação na Casa. O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu que os senadores farão todo o esforço possível para liberar a pauta de votações. “Queremos desobstruir (a pauta) logo. Chegou aqui, vamos dar andamento o mais rápido possível”, disse.

“Chegou aqui, vamos dar andamento o mais rápido possível”, diz Tebet depois de presidir a sessão de ontem

PÁGINA 5

Comitê discute alternativas para reforçar o caixa do Tesouro

Integrantes do Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento debateram ontem com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e o ministro da Previdência, José Cechin, alternativas para reforçar o caixa do Tesouro em 2003. Os ganhos de receita tributária, de acordo com a opinião dominante na comissão, deverão vir principalmente da revisão dos parâmetros macroeconômicos (câmbio, inflação, juros e taxa de crescimento do Produto Interno Bruto).

PÁGINAS 2 E 3

Integrantes do Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento ouvem o ministro da Previdência, José Cechin



Célio Azevedo

Mínimo deve ser de pelo menos R\$ 220, diz presidente da Comissão de Orçamento

Segundo deputado José Carlos Aleluia, o salário teria esse valor se fosse considerada apenas a inflação. "O Congresso pode muito bem aumentá-lo para R\$ 240", afirmou

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), afirmou ontem que, só para atualizar o salário mínimo com base na inflação, como manda a Constituição, o seu valor teria de subir em 1º de abril dos atuais R\$ 200 para R\$ 220.

— Se o Congresso quiser dar um aumento real de 10% para o salário mínimo, terá de subir para R\$ 240. Aliás, esse é o valor que todos os líderes de partidos políticos, inclusive da oposição, apoiaram em junho, quando estava em discussão a Lei de Diretrizes Orçamentárias — disse.

Aleluia garantiu que "existirá o dinheiro" para que a Previdência Social possa pagar o salário mínimo aos aposentados do INSS. "Só a reestimativa da arrecadação de 2003, por causa do aumento da inflação nos últimos meses, irá ele-



Aleluia (ao microfone) considera que a arrecadação de 2003, devido ao aumento dos preços, permitirá o reajuste

var a arrecadação em cerca de R\$ 10 bilhões", informou. "O Congresso pode muito bem usar R\$ 4 bilhões desse dinheiro para subir o mínimo para R\$ 240."

José Carlos Aleluia discorda da afirmação do líder do PT na comissão, deputado Jorge Bittar

(RJ), para quem a inflação aumenta tanto as receitas quanto as despesas. "Os gastos com pessoal, custeio e até em investimentos não sobem, exceto se o governo quiser dar aumentos", sustentou.

— O PFL mantém sua posição de junho e defende o salário mínimo

de R\$ 240. Se não for aprovado esse valor no Congresso, com certeza no início do próximo ano o presidente Lula vai anunciar o aumento para os R\$ 240. O PT quer ficar com o bônus do reajuste acima da inflação — opinou o presidente da comissão.

Ramez Tebet recebe a visita do governador de São Paulo

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a visita do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), que veio a Brasília para discutir, em reunião suprapartidária com a bancada paulista no Congresso Nacional, as emendas de interesse do estado para o Orçamento da União.

— É importante conseguir mais recursos porque temos um grande bolsão de pobreza na periferia das grandes cidades, com problemas muito graves de segurança, saúde, enchentes. São Paulo tem fama de estado rico, e realmente tem um Produto

Interno Bruto muito alto, mas tem bolsões de pobreza muito grandes — afirmou Alckmin.

O governador esclareceu que a prioridade de São Paulo é obter R\$ 80 milhões para o Fundo Penitenciário, que atende mais de 100 mil presos, visando à construção de novas unidades prisionais, e R\$ 100 milhões para o combate a enchentes do Rio Tietê (região metropolitana da capital).

Alckmin estava acompanhado pelo vice-governador Cláudio Lembo (PFL), senador Romeu Tuma (PFL-SP) e os deputados paulistas Robson Tuma (PFL),



Presidente do Senado discute com Alckmin, Romeu Tuma e deputados a aprovação de emendas que garantam recursos para São Paulo

Zulaiê Cobra (PSDB), Ricardo Izar (PTB), Julio Semeghini (PSDB), Milton Monti (PMDB),

Francisco Graziano (PSDB), Sampaio Dória (PSDB) e Gilberto Kassab (PFL).

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 8 DE NOVEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

Terça-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que cria compensação financeira, com parte da receita do imposto de importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na balança com o exterior, entre outros itens.

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: votação da PEC que estabelece limites de despesas com o Legislativo municipal; votação da PEC que cria percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior na Amazônia; discussão da PEC que permite desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; discussão da PEC que veda recondução de dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; e discussão da PEC que cria compensação financeira para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na balança com o exterior.

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão da PEC que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários e a exploração de serviço de radiodifusão sonora; entre outros.

COMISSÕES

Quarta-feira
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS que estabelece na legislação brasileira a criação e regulamentação da profissão de astrólogo; PLS que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais; PLC que dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas no SUS; PLC que cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos; PLS que dispõe sobre níveis de radiação emitida por antenas fixas do sistema móvel celular; PLS que reserva recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família; PLC que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica; e PLS que permite retirada de órgãos e tecidos de doadores que se encontrem em hospitais não autorizadas a realizar transplantes, pelo SUS. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Mudança da economia vai reforçar receita de 2003

Reuniões do Comitê de Receitas da CMO com Everardo Maciel e José Cechin indicam que ganhos de arrecadação tributária deverão se originar da revisão dos parâmetros macroeconômicos utilizados na proposta orçamentária



Fotos: Célio Azevedo



Comitê de Receitas da Comissão de Orçamento reuniu-se com o secretário Everardo Maciel e o ministro José Cechin

Cinco medidas podem melhorar caixa da Previdência

Cinco medidas para reforçar a arrecadação previdenciária em 2003 foram discutidas ontem entre os representantes do Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento (CMO) e o ministro da Previdência e Assistência Social, José Cechin. A mais importante, na avaliação do presidente da CMO, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), é a mudança no sistema de remuneração variável dos fiscais da Previdência, que hoje leva em conta principalmente o montante das notificações realizadas para posterior inscrição dos débitos na dívida ativa da União.

O ministro informou que nos próximos dias deve ser editada portaria alterando esse sistema, com uma valorização dos montantes efetivamente recolhidos ao caixa da Previdência para efeito de cálculo das gratificações. Outra medida é assegurar a cobrança da cota patronal dos exportadores de produtos agrícolas, que acabaram isentos em meados deste ano em consequência dos efeitos da Emenda Constitucional nº 33, que suspendeu o pagamento das contribuições sociais pelos exportadores.

A terceira providência é transferir para as empresas a responsabilidade do recolhimento dos autônomos que são seus prestadores de serviços. Cechin calcula que esse seja um universo de 2 milhões de contribuintes. A quarta medida agiliza o

cruzamento de informações sobre as contribuições previdenciárias pagas no dia 2 de cada mês e os recolhimentos realizados no dia 7, como o FGTS dos empregados, comercialização de produtos agrícolas, patrocínio de práticas esportivas, etc. O ministro quer eliminar essa defasagem, garantindo a checagem *on line* das informações, com a modernização do parque computacional da Dataprev. Para isso, já começou a negociar com os parlamentares a possibilidade de garantir um investimento "emergencial" entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões no Orçamento de 2003.

A quinta medida prevê que a Justiça do Trabalho só dê quitação plena aos empregadores que recolherem a contribuição previdenciária sobre os valores pagos em juízo. Um projeto de lei com esse objetivo está tramitando no Congresso.

O ministro disse ainda que o estoque da dívida junto à Previdência alcança R\$ 135 bilhões, incluindo débitos inscritos de empresas que não existem mais. Desse total, cerca de R\$ 60 bilhões correspondem às cobranças judiciais de empresas que não admitem o débito, R\$ 20 bilhões estão sendo questionados administrativamente (em fase de recurso) e R\$ 55 bilhões equivalem ao montante parcelado por empresas, prefeituras e governos estaduais, além das dívidas renegociadas no âmbito do Programa de Recuperação Fiscal.

Os integrantes do Comitê de Receitas da Comissão Mista de Orçamento (CMO) debateram ontem com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e o ministro da Previdência e Assistência Social, José Cechin, as alternativas que poderão reforçar o caixa do Tesouro em 2003. Pelo menos em um ponto não houve qualquer divergência: os ganhos de receita tributária deverão vir, principalmente, da revisão dos parâmetros macroeconômicos (câmbio, inflação, juros e taxa de crescimento do Produto Interno Bruto) deste ano, que estão defasados na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso Nacional em agosto pelo Executivo.

O relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), não fez qualquer previsão sobre a reestimativa de receita que está sendo estudada pelo comitê que o assessora. Mas deixou claro que a reavaliação da arrecadação tributária, que está sendo feita pelo Comitê de Receitas, não será discutida com o secretário da Receita Federal. Segundo o relator, ela deverá ser divulgada na próxima semana, provavelmente terça-feira. "Houve uma grande

mudança no cenário macroeconômico neste semestre, o que exige uma revisão nos números projetados para o próximo ano", disse.

O líder do PT na CMO, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), afirmou que a estimativa do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) será superior aos 6% anuais previsto na proposta orçamentária de 2003. Mas evitou confirmar se o Comitê de Receitas estaria inclinado a trabalhar com a projeção do mercado de um índice médio de 10%, conforme foi veiculado pelo Boletim Focus, do Banco Central, que traz informações colhidas junto às 100 maiores instituições financeiras do país e empresas de consultoria.

Machado informou que os outros pontos da agenda discutida com os representantes do governo, como o aumento da alíquota atual da Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) incidente sobre os combustíveis, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado das indústrias de fumo e bebidas, e os mecanismos para aperfeiçoar a fiscalização e a arrecadação previdenciária, serão avaliados pelo Comitê de Receitas.

Maciel defende aumento da Cide e prorrogação da alíquota máxima do IR

O secretário da Receita Federal defendeu, durante a reunião com os parlamentares e técnicos da CMO, a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e o aumento do teto da Cide, que é um valor fixo de R\$ 0,51 por litro da gasolina, se incluído o PIS e a Cofins. Segundo Maciel, o Congresso poderia elevar esse limite por meio de uma lei ordinária sem, no entanto, orçar esse possível aumento de receita, porque seria necessário avaliar a repercussão sobre os preços dos combustíveis. Ele estimou que para cada 10% de aumento no valor da Cide haja uma arrecadação adicional de R\$ 700 milhões ao ano.

Com essa proposta, na visão de Maciel, o próximo governo teria flexibilidade, no decorrer de 2003, para fixar o novo valor da Cide por meio de decreto presidencial e obter, assim, uma fonte de receita extraordinária. Maciel anunciou que o mon-

tante dessas receitas extraordinárias alcançou R\$ 20 bilhões até outubro, superando as projeções iniciais do fisco. "Sempre existem brechas para manter as receitas extraordinárias", afirmou o secretário.

O aumento da Cide não foi descartado pelo relator como alternativa para reforçar a receita de 2003. Machado discordou da avaliação de Maciel sobre a repercussão nos preços dos combustíveis. O senador disse que um valor fixo em reais para um produto que vem sofrendo reajustes acaba gerando aumento na margem de lucro do setor. Alertou, ainda, para o vazio legal que pode ocorrer se não houver um projeto de lei com a definição da nova tabela do IRPF. Portanto, segundo Machado, não se trata apenas de prorrogar a alíquota de 27,5%, mas de garantir a tributação. "Estamos discutindo para ver de quem será a iniciativa, se do Congresso ou do Executivo", informou.

Francelino: Bolsa-Escola de FHC é referência em distribuição de renda

Senador defende adoção de modelo pelo novo governo. Ele afirma que programa, ao lado da aposentadoria do INSS, é uma das importantes fontes de renda em muitos municípios

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a fórmula usada pelo atual governo com o Bolsa-Escola para programas de distribuição de renda – a entrega do dinheiro diretamente às mães das famílias beneficiadas, à razão de R\$ 15 por criança matriculada no ensino fundamental, até o limite de R\$ 45, ou três crianças na escola. Francelino abordou o debate travado na mídia e no PT sobre a melhor forma de prestação de ajuda alimentar à população pobre – se mediante cupom a ser trocado por alimentos ou se por meio da entrega direta de dinheiro às mães de famílias carentes.

O senador divulgou dados sobre o Bolsa-Escola, que distribui o dinheiro sem a tutela de intermediários. De junho de 2001 a setem-

bro deste ano, o programa aplicou em todo o país mais de R\$ 1,5 bilhão. O Bolsa-Escola está implantado em 5.545 dos 5.561 municípios brasileiros – faltam apenas 16 cidades para atingir a totalidade do Brasil. Estão sendo atendidas 5,1 milhões de famílias, ou 8,7 milhões de crianças.

– Juntamente com o pagamento, também mensal, das aposentadorias do INSS, o Bolsa-Escola é, para os municípios, principalmente os mais pobres, a fonte de renda mais expressiva oriunda do governo federal – afirmou ele.

Em Minas Gerais, informou o senador, todos os 853 municípios



Para Francelino, país vive situação de desigualdade dos tempos da escravidão

estão sendo atendidos.

– Em setembro último, Minas Gerais recebeu R\$ 14,4 milhões, recursos que atenderam a 553,4 mil famílias e a 962,5 mil crianças – acrescentou.

Francelino disse que o Brasil

continua vivendo tempos de escravidão de raízes profundas e históricas, que datam do período da colônia. O senador citou pesquisa do Banco Mundial que coloca o Brasil à frente apenas de Serra Leoa, Guatemala e Paraguai em matéria de desigualdade de renda.

– Esperamos que os dirigentes da prometida Secretaria de Emergência Social, a ser criada no governo Lula, saibam conduzir com sabedoria, isenção e espírito público os programas sociais da nova administração, e assim possam contribuir para o alívio do quadro de miséria que nos humilha e nos ofende – disse o senador, que anexou ao discurso a relação dos 27 estados brasileiros com a quantia que cada um recebeu do Bolsa-Escola em setembro.



Lula irá construir uma nação “mais justa, próspera e igualitária”, diz Sebastião Rocha

Rocha acredita no êxito de Lula e do governo do Amapá

Em discurso ontem no Plenário, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) revelou-se entusiasmado com as perspectivas dos governos do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do governador eleito pelo Amapá, o pedetista Waldez Góes. Rocha assegurou que seu partido irá participar da base de apoio à gestão do PT na Presidência da República.

– Quero deixar uma mensagem de otimismo para o país e para o povo brasileiro – declarou, dizendo-se “convicto” de que o governo petista irá construir uma nação “mais justa, próspera e igualitária”. Diante da mobilização nacional em torno da eleição de Lula, o senador chegou a compará-la ao fenômeno popular que tomou conta do país em 1985, quando o povo depositou a esperança de dias melhores no presidente eleito Tancredo Neves.

Nesses quase 20 anos de redemocratização, constatou Sebastião Rocha, o país passou por profundas mudanças. Na sua opinião, só “o idealismo e a esperança” cultivados nesse período podem explicar a eleição para a Presidência da República de um brasileiro de origem pobre, nascido no interior de Pernambuco, que construiu sua vida profissional e política atuando como operário e sindicalista. É justamente essa bagagem política e de vida, segundo Rocha, que garante a Lula o perfil de estadista.

– Lula está preparado para administrar o país, desenvolver a economia, fazer uma revolução positiva na política social e representar o país com dignidade na política internacional – afirmou. Essa postura de estadista, Rocha também reconhece em Fernando Henrique Cardoso, pela posição assumida durante a campanha eleitoral e na transição para o novo governo.

Projeto muda regra para eleitor fora de domicílio



Mozarildo propõe transferência temporária de título

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou nesta semana projeto de lei que faculta ao eleitor votar fora de sua seção eleitoral. Segundo a proposta, para que isso possa ocorrer, o eleitor deverá solicitar autorização ao juiz eleitoral de sua circunscrição no prazo mínimo de 60 dias antes das eleições. A matéria foi encaminhada para análise das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE), cabendo a esta última decisão definitiva.

Ao solicitar autorização para votar em outra seção, o eleitor deverá preencher formulário próprio, no qual fará sua justificativa. Ele também terá que apresentar documento comprobatório de residência. Se o pedido for acatado, o juiz eleitoral promoverá a transferência temporária da folha individual de votação para a seção mais próxima da residência indicada pelo eleitor.

A legislação atualmente em vigor proíbe o recebimento de inscrição eleitoral ou de transferência de título nos 150 dias anterior-

es à data da eleição. Dessa forma, ficam impedidos de votar em seu candidato os eleitores que estiverem residindo fora do seu domicílio eleitoral e não puderem voltar no dia da eleição.

– Meu projeto dará aos eleitores que não conseguirem transferir seu título um novo prazo para comunicar ao juiz a impossibilidade de comparecimento a sua seção eleitoral e para solicitar a transferência temporária de sua folha de votação para o município onde se encontrará no dia das eleições – explicou Mozarildo.

Tebet recebe dirigentes da província italiana de Arezzo

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem uma comitiva de representantes da província de Arezzo, na Itália, que vieram ao Brasil verificar as possibilidades de estabelecer cooperação econômica e social com municípios brasileiros, em especial na área de projetos de infra-estrutura.

Foram recebidos por Tebet o representante do presidente da Província de Arezzo, Mario

Bizzarri, e o prefeito da cidade, Luigi Lucherini, além do presidente da Câmara de Comércio, Pietro Faralli, e do Secretário da Comunidade, Gianni Cantaloni.

O grupo veio acompanhado pelo secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional, Esacheu Cipriano Nascimento, que confirmou o interesse do governo brasileiro



Tebet recebe comitiva italiana e discute cooperação econômica e social

na intermediação de Arezzo para a obtenção de financiamentos da Comunidade Européia para municípios brasileiros.

O presidente do Senado recebeu também o embaixador da Coreia do Sul, Gong Ro Myung, para uma visita de cortesia.

Senado recebe 18 MPs e tenta votação rápida

Medidas provisórias aprovadas esta semana pela Câmara dos Deputados devem entrar em discussão a partir de terça-feira. Ramez Tebet diz que senadores farão “todo o esforço possível” para liberar a pauta de votações

O Senado recebeu ontem 18 medidas provisórias (MPs) aprovadas nesta semana pela Câmara dos Deputados e que passam agora a ter prioridade de votação sobre todas as outras matérias em tramitação na Casa. O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu que os parlamentares farão todo o esforço possível para liberar a pauta de votações.

— Queremos desobstruir a pauta logo. Chegou aqui, vamos dar andamento o mais rápido possível — disse.

Tebet afirmou que os trabalhos deverão correr normalmente, de acordo com o Regimento Interno da Casa, mas com prioridade para a votação das MPs, a partir de terça-feira.

De acordo com o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, pareceres sobre propostas que não tenham caráter terminativo poderão ser votados normalmente nas comissões. Projetos terminativos são aqueles que, se aprovados, seguem diretamente para a Câmara dos Deputados, sem a necessidade de votação em Plenário, salvo quando há recurso de



Plenário do Senado terá que votar as 18 medidas provisórias antes de qualquer outra matéria

pelo menos nove senadores.

Os senadores deverão votar a reestruturação, inclusive no que diz respeito à remuneração, das carreiras da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (Ceplac), da Advocacia Geral da União (AGU), de perito federal agrário, de procurador da Fazenda Nacional e dos profissionais de con-

trole do tráfego aéreo. A expectativa é de que, para a votação dessas MPs, seja necessário acordo entre os líderes, uma vez que elas devem implicar aumento de gastos com pessoal e algum comprometimento no Orçamento de 2003, que está sendo discutido atualmente no Congresso.

Também deve ser votada a medida provisória que destina R\$ 326

milhões ao Ministério de Minas e Energia para o pagamento de bônus a consumidores de energia elétrica que tenham feito economia de consumo durante o racionamento. Há ainda R\$ 36,3 milhões em créditos extraordinários para ações de defesa civil no Piauí e nas Regiões Sul e Sudeste, além de R\$ 380 milhões para o programa de ajuste fiscal dos estados e municípios.

Concessões de recursos minerais podem ser revistas

Está pronta para ser incluída na ordem do dia proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que dá à União, detentora da propriedade dos recursos e jazidas minerais, condições de exercer plenamente a administração desses bens. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador José Fogaça (PPS-RS) considerou oportuna e apresentou duas emendas para aperfeiçoar o texto.

A Constituição hoje determina que a pesquisa e lavra de jazidas e demais recursos minerais serão feitas mediante autorização ou concessão da União. Dutra defende uma revisão das concessões efetuadas desde 1995, a fim de lançar logo as bases de uma nova organização, em que as autorizações sejam dadas sempre por prazo determinado.

A mesma proposta altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para ajustá-lo ao novo modelo de concessão. A redação proposta por Dutra permite que o Executivo reveja, dentro de dois

anos, todas as concessões de lavra de recursos e jazidas minerais realizadas desde 1995, com base exclusivamente no critério da legalidade da operação. Comprova a ilegalidade da operação, os direitos e privilégios da concessão reverteriam para o poder concedente.

Em seu parecer, Fogaça diz que apóia o projeto e que “é preciso dar à União maior controle sobre a exploração dos recursos minerais no país”. Fogaça considera igualmente importante fixar prazos para as atuais concessões, “para que se possa inaugurar o mais rapidamente possível o novo ordenamento do setor”. Essa foi a razão para ele apresentar duas emendas ao texto.



Célio Azevedo

José Eduardo Dutra defende uma revisão das concessões efetuadas desde 1995

Proposta define propriedade das águas subterrâneas no país

Aguarda inclusão na ordem do dia proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do ex-senador Júlio Eduardo (PV-AC) que define a titularidade das águas subterrâneas, tornando-as patrimônio da União quando servirem de limites estaduais e fronteiras internacionais. Quando elas não extravasarem os limites dos territórios estaduais, serão patrimônio dos estados.

Júlio Eduardo exerceu o mandato entre outubro de 2000 e fevereiro de 2001, durante licença

da titular, a senadora Marina Silva (PT-AC). Segundo ele, apesar da legislação existente, ainda persistiam dúvidas quanto à titularidade das águas subterrâneas em face do texto constitucional. Desse modo, argumentou, a Constituição poderia permitir o entendimento de que se deve estender às águas subterrâneas o mesmo critério de titularidade fixado para as águas superficiais.

— Esse entendimento, entretanto, não é pacífico, sobretudo quando se confronta o silêncio constitucional relativamente à inclusão das águas subterrâneas no rol dos bens da União e a expressa menção a essas águas no que se refere aos bens dos estados. Assim, a emenda que proponho destina-se a sanar a dúvida jurídica e evitar conflitos de entendimento que nada aproveitariam ao adequado gerenciamento de nossos recursos hídricos — explicou.

Plenário aprova autorizações para TV e rádio

O Plenário do Senado aprovou ontem sete projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária em seis estados. Também foram aprovados decretos legislativos outorgando concessão e renovando permissão para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

As entidades autorizadas a executar serviço de radiodifusão comunitária são as seguintes: Associação Comunitária da Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara (PB); Associação Cultural de Santa Mariana (PR); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Atalaia (AL); Associação Beneficente e Cultural Comunitária Erval Seco (RS); Associação Cultural e Comunitária Normário Sales, de Jussari (BA); Associação Comunitária Mundo Melhor, de Mogi Guaçu (SP); e Rádio Comunitária Nova Erechim FM (SC).

Foram outorgadas concessões para a execução de serviço de radiodifusão de sons e imagens à Fundação Universitária de Pesquisas Econômicas e Sociais de Vila Velha, em Vitória (ES), e à Fundação Orlando Zovico, de Limeira (SP). Foi renovada a permissão outorgada à Rádio Pampa Centro, de Santa Maria (RS), para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Sebastião Rocha destaca livro sobre a Amazônia

O livro *Fundamentos para o Desenvolvimento da Amazônia* é de importância fundamental a todos os interessados na sustentabilidade daquela região, na opinião do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Ele esteve presente ao lançamento do livro, ontem, no Auditório Íris Meinberg, na Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A obra, organizada pela Fundação Getúlio Vargas, contou com a colaboração de 74 autores, entre eles o ex-senador Jarbas Passarinho.

Projeto permite uso do FGTS na compra de ações

Conforme senador Antonio Carlos Júnior, proposta permitirá que trabalhadores sigam exemplo daqueles que investiram na Petrobras e Vale do Rio Doce. “Democratização do capital das empresas é instrumento de redistribuição de renda”, disse

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) anunciou, em Plenário, apresentação de projeto que amplia a possibilidade de uso de recursos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de ações. Segundo disse, a proposta cria oportunidade de investimento para os trabalhadores e nova possibilidade de financiamento da produção.

— Com a aprovação do projeto, fortaleceremos o mercado de ações e viabilizaremos financiamentos de longo prazo para empresas. Os recursos serão destinados somente ao mercado primário de ações, sem alimentar a especulação.

De acordo com a proposta, o titular de conta vinculada do FGTS poderá investir em ações o equivalente a um oitavo dos oito pontos percentuais de seus vencimentos depositados mensalmente



Autor do projeto, Antonio Carlos Júnior considera que trabalhador quer participar do mercado de ações

te pelo empregador. O valor irá para uma subconta específica, vinculada à conta do FGTS, e poderá ser utilizado na subscrição de ações ordinárias ou preferenciais resgatáveis emitidas por empresa registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ações resgatáveis, segundo o projeto, deverão indicar data

de resgate em dinheiro, pela companhia emissora, observados os prazos mínimo de dois anos e máximo de cinco, contados a partir da data de subscrição, além do valor de resgate atualizado, no mínimo, à taxa equivalente à remuneração da conta do FGTS. Para o senador, a proposta permitirá que titulares de contas do fundo sigam o exemplo dos que já adquiriram ações.

— A democratização do capital das empresas é um poderoso instrumento de redistribuição de renda e riqueza. O sucesso obtido pelo governo federal quando permitiu o uso de recursos do FGTS na aquisição de ações da Companhia Vale do Rio Doce e da Petrobras mostrou que há, por parte dos empregados, grande vontade de participar do mercado de ações — afirmou.

Experiência começou com papéis da Petrobras

Os recursos depositados na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) puderam ser utilizados na compra de ações da Petrobras (agosto de 2000) e da Companhia Vale do Rio Doce (março de 2002). Os trabalhadores foram autorizados a usar até 50% do valor depositado no fundo para adquirir títulos das duas empresas que estavam nas mãos do governo federal.

Cerca de 832 mil trabalhadores participaram das ofertas públicas por intermédio de fundos mútuos de investimento. Destes, 85,5 mil compraram ações das duas empresas. O governo federal arrecadou R\$ 11,7 bilhões com as operações, dos quais R\$ 2,6 bilhões saíram do FGTS. O restante veio de grandes investidores. Agora o governo quer ofertar ações do Banco do Brasil, que também poderão ser compradas com o FGTS.

Ornélas: trabalho escravo assusta o país

Somente de janeiro a maio de 2002, mais de 950 pessoas foram libertadas de “graves e degradantes” condições de trabalho, afirmou o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), autor de projeto de lei que visa combater com mais rigor o trabalho forçado no Brasil. Segundo números levantados pelo senador, em 2001, operações de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho e Emprego resgataram um total de 1.362 pessoas submetidas a trabalho escravo. Desde que a fiscalização foi iniciada, em 1995, até o ano passado, mais de 3.400



Ornélas diz que uso de mão-de-obra ilegal levou a apenas três condenações

pessoas foram resgatadas.

— Pensar que em pleno século 21, em um país das dimensões e importância do Brasil, ainda encontramos, apenas neste ano, quase mil pessoas sujeitas ao trabalho escravo, não só preocupa como assusta — disse Ornélas.

Em contraste, apesar de todo o aparato legal, das numerosas denúncias e libertações, não mais de três pessoas foram condenadas com base no crime previsto pelo artigo 149 do Código Penal. Como o artigo é muito vago na defini-

ção da condição análoga à de escravo, não é incomum que os processos sejam remetidos apenas à Justiça do Trabalho, que poucos inquéritos sejam instaurados e quase ninguém responsabilizado penalmente.

Conforme informações contidas na justificativa do projeto, há quatro tipos de práticas de trabalho forçado no Brasil: a contratação de trabalhadores rurais de áreas afetadas pela seca para emprego em regiões distantes da de origem; a contratação de trabalhadores rurais migrantes, conhecidos como peões-de-trecho; a contratação de famílias inteiras para queima de madeira e fabrico de carvão; e a contratação de índios para o trabalho rural.

Moreira defende audiência pública sobre reforma da CLT

Ao propor a realização de uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que a proposta, em tramitação no Senado, não retira qualquer direito dos trabalhadores e reduz a informalidade no mercado de trabalho.

A seu ver, o projeto deve contribuir para aumentar a geração de empregos de melhor qualidade, protegidos pela legislação trabalhista e previdenciária. Lembrou Moreira Mendes que as medidas previstas no projeto são de caráter facultativo e, se aprovadas, deverão contar com a participação e a fiscalização dos sindicatos e centrais sindicais nas negociações coletivas. “É de caráter experimental, ou seja, com vigência de apenas dois anos, e após esse período será reavaliado”, disse.

— A introdução da nova mecânica de negociação coletiva de forma voluntária constitui um grande avanço no processo de modernização das leis trabalhistas que o presidente eleito deseja levar avante, com a rigorosa observância dos direitos atuais dos trabalhadores brasileiros — afirmou.

PATRULHAMENTO

A audiência pública por ele sugerida, segundo explicou, visa “evitar que os senadores sejam alvo de patrulhamento ideológico, como, injustamente, ocorreu com alguns deputados durante a votação da matéria, acrescentou.

— Durante dez meses tive a oportunidade de juntar dúvidas e objeções levantadas contra o projeto, algumas por falta de informação e outras por pura maldade. Por isso, parlamentares candidatos relataram ter sofrido verdadeiro patrulhamento por terem votado a favor da matéria na Câmara, com a injusta acusação de

querer acabar com os direitos dos trabalhadores — destacou.

O projeto, conforme explicou, mantém o 13º salário, as férias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a aposentaria e a licença à gestante. O que pode ser negociado, ressalvou, são as condições de trabalho, como a compensação de horários dentro dos limites constitucionais, a redução da jornada de trabalho, o número de horas extras, a condição de gerentes e executores de cargos de confiança, a duração dos intervalos, os dias de concessão nos quais recairá o repouso semanal, o período que se caracteriza como noturno, o percentual do adicional noturno, a forma de marcação de ponto e o contrato por prazo determinado.

As eventuais mudanças que devem ocorrer, com a concordância dos sindicatos e centrais sindicais, relacionam-se ao parce-

lamento do 13º salário, férias ou abono de férias, acrescentou. Por lei, o 13º deve ser pago em duas vezes. Mas, em razão de agravamento econômico, se houver concordância entre empregados e empregadores, o pagamento poderá ser feito em três parcelas, conforme a proposta, esclareceu. O mesmo se aplica às férias ou abono de férias, acrescentou.

— Esse tipo de acordo entre empregadores e empregados acaba salvando empregos. Evita que a empresa recorra a empréstimos pagando juros extorsivos — disse.

Uma das mudanças que pode provocar dúvida maior, destacou, é a permissão para se negociarem salários menores do que os estabelecidos. O senador citou José Pastore, especialista em relações do trabalho, para explicar que, muitas vezes, negociar para baixo é a única maneira de ganhar.



Moreira Mendes afirma que mudança na lei aumentará postos de trabalho

Obras incrementam economia do Pará, prevê Luiz Otávio

A inauguração da segunda linha de transmissão de energia entre a usina hidrelétrica de Tucuruí e a subestação da Eletronorte, em Vila do Conde (PA), e a entrega ao público do complexo da Alça Viária ao redor da região metropolitana de Belém são, na opinião do senador Luiz Otávio (PPB-PA), duas obras que trarão enormes benefícios ao estado do Pará, principalmente para os setores comercial e industrial, que podem ter um crescimento anual de 8% a 10%.

Luiz Otávio observou que a dupla inauguração irá incrementar vários segmentos produtivos, entre os quais o de prestação de serviços e o de transporte de cargas e passageiros. A expectativa é a de que também haja mudança na base produtiva, com novos investimentos em agronegócio, turismo e verticalização da indústria mineral.

O senador informou que a Alça Viária, um complexo de diversas pontes num total de 4,5 quilômetros de extensão, inserido em trecho rodoviário de mais de 70 quilômetros, é o maior projeto de infra-estrutura jamais realizado no Pará. Segundo o parlamentar, além de facilitar o escoamento da produção, o novo complexo viário vai permitir que o percurso Belém-Marabá seja feito em cerca



Luiz Otávio crê em crescimento anual de 8% a 10% na indústria e no comércio

de cinco horas.

Ainda de acordo com Luiz Otávio, a Alça Viária, que custou R\$ 246 milhões, desenvolverá o leste paraense, incentivando a permanência da população na região de origem e reduzindo a pressão sobre Belém e o seu respectivo entorno.

Com a inauguração do complexo viário, espera-se que empresas de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sejam atraídas por esse novo acesso ao porto de Vila do Conde – salientou Luiz Otávio, dizendo que a expectativa é a de que, já em 2003, a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) tenha um aumento de cerca de R\$ 50 milhões.

Tribunal de contas em novos estados pode ser ampliado

Aguarda retorno ao Plenário proposta de emenda constitucional (PEC) da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que aumenta de três para cinco o número de membros dos tribunais de contas nos dez primeiros anos da criação dos novos estados. Em sua justificativa, a senadora afirma que o reduzido número de conselheiros nos tribunais tem causado transtornos ao seu bom funcionamento.

A matéria recebeu emenda em Plenário subscrita pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acrescentando que, dos cinco conselheiros sugeridos pela senadora, dois deles devem ser indicados pela Assembléia Legislativa, e os outros três nomeados pelo governador.

Por esse motivo a proposta vol-



Projeto de Marluce Pinto determina o aumento do número de conselheiros

tou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a emenda recebeu parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), estando pronta para votação em Plenário.

Maguito pede rapidez na votação da reforma tributária

Senador quer reforço de verbas para municípios, que atualmente assumem grande parte das despesas com serviços públicos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) fez um apelo ontem em favor da imediata votação da reforma tributária, com mecanismos para reforçar os recursos destinados às prefeituras. Ele lembrou que muitas vezes as prefeituras são obrigadas a assumir responsabilidades que não são suas para que a população seja atendida. De acordo com um estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os municípios abocanham apenas 4,8% da arrecadação direta de impostos no Brasil.

– É a velha tática da faca no peito: ou a prefeitura assume parte dos gastos ou os serviços de segurança, educação e até do Ministério Público não funcionam – disse.

Para Maguito, os municípios têm condições de resolver os problemas pela metade do custo, mas precisam de reforço de verbas. Ele contou que, quando governador de Goiás, propôs recuperar as estradas federais pela metade do valor das verbas que o Ministério dos Transportes ha-



Foto: José Cruz

Municípios têm maneiras mais econômicas de resolver problemas que afetam a população, diz Maguito

via alocado para essa finalidade.

– Por motivos que não consegui entender, minha proposta não foi aceita. Fui impedido de tapar os buracos, o governo federal também não o fez e Goiás continua com estradas federais intransitáveis – garantiu.

O senador afirmou que apresentará projeto criando mecanismos de cobrança dos serviços prestados pelos municípios, quando a responsabilidade por eles for de esfera estadual ou fe-

deral. Como a Constituição dispõe sobre divisão de tarefas e recursos, mas é freqüentemente desrespeitada, observou Maguito, talvez a solução seja a criação de um sistema pelo qual o município receba dos estados ou da União pelos serviços prestados fora de sua competência.

Em aparte, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou que, se os problemas dos brasileiros forem resolvidos nos municípios, “tudo caminhará melhor”.

Lindberg quer incluir mudanças no pacto social

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) propôs ontem, em Plenário, que as negociações em torno de um novo pacto social, propostas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, não se limitem a “temas emergenciais” e incluam questões como as reformas previdenciária, tributária e política.

– Sem essas reformas será difícil a governabilidade, e o pacto deve ser o início de um consenso para a retomada do crescimento econômico do país – afirmou.

Lindberg elogiou a iniciativa de Lula de chamar para o diálogo vários setores da sociedade brasileira. Na opinião do senador, todos devem empenhar-se, neste momento, em abrir caminho para a governabilidade: os empresários deveriam evitar reajustes de preços e os trabalhadores abrir mão de reajustes salariais.

O senador abriu uma exceção apenas para o salário mínimo, cujo valor classificou como “muito defasado”. Ele disse que a divi-

da do poder público com a população é muito grande e lamentou que, de acordo com levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas, quase 50 milhões de brasileiros estejam em situação de indigência.

– É uma vergonha para um país continental, de terras férteis e a décima economia do planeta. Precisamos mudar esse triste quadro, dar condições a essas pessoas de conquistarem uma cidadania e

mudar o futuro do nosso país – declarou Lindberg.

Além da indigência, o desemprego, na opinião do senador, deveria ser combatido com prioridade pelo novo governo. Para Lindberg, o presidente eleito deveria incentivar o setor produtivo e reduzir o chamado custo Brasil, conjunto de entraves legais, tributários e de infra-estrutura que estariam reduzindo a competitividade dos produtos nacionais.



Lindberg Cury: todos devem empenhar-se em abrir caminho para a governabilidade

Jefferson elogia seminário sobre inteligência no Brasil

Para senador, evento serviu para esclarecer à sociedade que atividades da Abin não são “tão misteriosas” como se pensa

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), avaliou como positiva a realização do seminário “Atividades de Inteligência no Brasil – Contribuições para a Soberania e a Democracia”. Para o senador, o evento, iniciado na terça-feira e encerrado ontem, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, teve o mérito principal de esclarecer à sociedade que as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) não são tão “misteriosas” quanto muitos pensam.

Jefferson citou a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, da qual já foi presidente, como uma demonstração de que a Abin e a atividade de inteligência estão subordinadas não só ao controle do Executivo, mas também à fiscalização do Legislativo.

Ele foi o mediador do quinto painel do seminário, sobre “Limites e Eficácia do Controle Parlamentar”, que contou com palestra do professor do Instituto de



Jefferson Péres (E), ao lado do deputado Luiz Carlos Hauly, disse que o órgão está sob o controle do Executivo e fiscalização do Legislativo

Ciência Política da Universidade do Chile Guillermo Holszmann Pérez e com a participação do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara.

Na opinião de Guillermo Pérez, para que as atividades de inteligência sejam bem-sucedidas no Brasil e em outros países da América do Sul, é necessária a construção de um sistema de inteligência voltado para uma realidade latino-americana, e não importado dos países já desenvolvidos.

O cientista político disse, porém, que o rumo das atividades de inteligência dos países latino-ame-

ricanos deve estar inserido no contexto da globalização e, portanto, precisa combater os três grandes problemas mundiais da atualidade: o narcotráfico, o terrorismo e o crime organizado. Guillermo Pérez reconheceu que, pelo fato de a atividade representar poder, sua limitação e fiscalização por meio de instrumentos legais tornam-se um “imperativo democrático”.

Já o deputado Hauly afirmou que o Brasil está amadurecido em relação ao setor de inteligência e que a prova disso é a existência, no Congresso Nacional, de uma Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Jucá aplaude indicação de Pastoral para o Nobel

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apoiou a decisão do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de indicar, pela segunda vez consecutiva, a Pastoral da Criança, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao Prêmio Nobel da Paz. O parlamentar lembrou que, em 2001, a entidade desenvolveu 60 projetos alternativos de geração de renda e alfabetizou cerca de 27,5 mil jovens e adultos. De acordo com Jucá, o presidente teria ressaltado, ao indicar a Pastoral da Criança, o esforço de 155 mil agentes que prestam assistência a mais de um milhão de famílias.

Com atuação em todos os estados brasileiros, a Pastoral esteve presente, no ano passado, em 64% dos municípios, por meio de 5.317 paróquias. Ao todo, informou Jucá, foram cadastradas pela Pastoral 32.743 comunidades, nas quais a entidade acompanhou men-



Romero Jucá lembrou que a entidade age exclusivamente junto a populações pobres e miseráveis

salmente, em média, mais de 1,1 milhão de famílias, com 76 mil gestantes, 1,6 milhão de crianças com menos de seis anos e, aproximadamente, 23 mil idosos.

O parlamentar lembrou que a entidade age exclusivamente em áreas pobres e miseráveis, nas quais moradores enfrentam dramas quase sempre decorrentes da desigualdade social, como o desemprego, a falta de moradia, o alcoolismo, a vi-

olência, a desagregação familiar, as drogas, o analfabetismo e a fome.

Jucá frisou que, entre as ações básicas da Pastoral, desenvolvidas nas áreas de saúde, nutrição, promoção da cidadania e educação, os resultados são altamente significativos. O combate à mortalidade e à desnutrição infantil, segundo o senador, registra índices “admiráveis”, com grande redução da mortalidade entre recém-nascidos. Hoje, o índice é de menos de 13 óbitos por mil bebês nascidos vivos, informou.

O representante de Roraima observou ainda que, no ano passado, os recursos recebidos pela Pastoral, oriundos de verbas governamentais, iniciativas empresariais e doações, equivaleram a cerca de US\$ 8,3 milhões. Caso não pudesse contar com os voluntários, segundo o senador, essa ação social não ficaria por menos de US\$ 70 milhões.

Gilvam propõe benefício da Justiça gratuita para idosos

Está pronta para ser votada em Plenário a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que permite aos maiores de 60 anos acesso gratuito ao Judiciário. A matéria tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foi relatada pelo senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

A PEC isenta os idosos de custas processuais, exceto as relativas a recursos, e assegura a eles preferência na tramitação em qualquer instância judicial.

A proposta de Gilvam Borges garantia o benefício a partir dos 65 anos, optou pela redução da idade, visando adequá-la à Lei nº 8.842/94, que instituiu a política nacional do idoso e define como tal a pessoa com mais de 60 anos. Antonio Carlos Júnior também acrescentou o direito a prisão especial para os idosos que forem



Já aprovado pela CCJ, proposta de Gilvam Borges está pronta para discussão no Plenário

réus primários e que estiverem sujeitos à prisão antes da condenação definitiva.

O relator argumentou que “a custódia do homem preso é obrigação do Estado, que tem a responsabilidade por sua vida e integridade física e moral, cabendo, ainda, ao Estado estabelecer condições para preservar aquele preso que, em razão de sua idade, torna-se mais vulnerável ou um verdadeiro alvo dentro do sistema penitenciário”.



Acompanhados por Ricardo Santos, presidente da CE, os visitantes foram recebidos pelo primeiro-vice-presidente da Casa, Edison Lobão

Comissão de Educação e Unesco discutem parceria

O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), recebeu ontem visita de representantes da Unesco, órgão das Nações Unidas para a educação, acompanhados do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da Comissão de Educação (CE) do Senado. O objetivo da visita, explicou Santos, foi discutir a parceria entre a Unesco e a comissão.

Estiveram presentes os membros da representação da Unesco em Paris, responsável pela coordenação dos programas de educação do órgão, e também o representante da instituição no Brasil, Jorge Werthein. Segundo Ricardo Santos, a parceria entre a Unesco

co e a CE já permitiu discutir os grandes programas de educação no Brasil, realizar seminários e implementar o Plano Nacional de Educação.

Ele disse que Edison Lobão destacou o desejo da Presidência do Senado de dar todo o apoio à CE para torná-la uma das principais comissões do Senado, considerando a prioridade dada à educação por parte do Congresso.

O representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, afirmou que o Brasil é o país cujo Congresso tem a relação mais estreita com aquele órgão da ONU. “É uma prioridade mundial para a Unesco trabalhar com os parlamentos”, assegurou.